

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE
SOCIAL**

**ANO DE
2025**

DENOMINAÇÃO: CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SANTA MARINHA DO ZÊZERE

MORADA: Rua da Escola, 185

LOCALIDADE: Santa Marinha do Zêzere

FREGUESIA: Santa Marinha do Zêzere

CONCELHO: Baião

CODIGO POSTAL: 4640-465

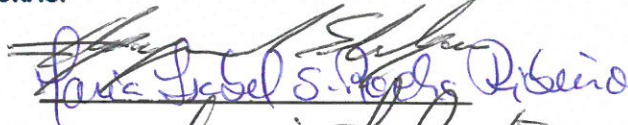


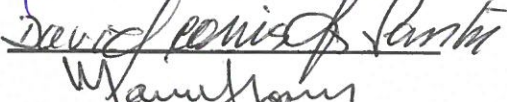
(O Contabilista Certificado)

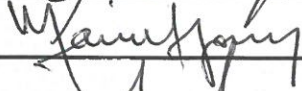
A DIREÇÃO:


DATA: Santa Marinha do Zêzere, 06 de maio de 2026

ASSINATURAS:












BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025


Moeda: (valores em euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-DEZ-25	31-DEZ-24
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	270 820,43	278 996,02
Ativos intangíveis	5	0,00	0,00
Investimentos financeiros	12.14	0,00	3 348,93
		270 820,43	282 344,95
Ativo corrente			
Inventários	7	49,36	45,44
Créditos a receber	12.1	3 300,02	3 017,03
Estado e outros entes públicos	12.7	995,53	1 287,95
Diferimentos	12.3	3 095,44	2 617,58
Outros ativos correntes	12.2	2 442,46	4 625,27
Caixa e depósitos bancários	12.4	24 888,86	28 113,89
		34 771,67	39 707,16
Total do ativo		305 592,10	322 052,11
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12.5	7 128,00	7 128,00
Resultados transitados	12.5	45 857,35	64 350,74
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	12.5	186 434,48	195 727,79
		239 419,83	267 206,53
Resultado líquido do período		-11 273,94	-18 493,39
Total dos fundos patrimoniais		228 145,89	248 713,14
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	6	29 437,04	29 437,04
		29 437,04	29 437,04
Passivo corrente			
Fornecedores	12.6	3 841,64	4 481,21
Estado e outros entes públicos	12.7	6 218,08	4 093,11
Financiamentos Obtidos	6	2 440,51	3 835,09
Diferimentos	12.3	432,31	0,00
Outros passivos correntes	12.8	35 076,63	31 492,52
		48 009,17	43 901,93
Total do passivo		77 446,21	73 338,97
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		305 592,10	322 052,11

A Direção

O Contabilista Certificado


 David Denis

 Manuel

 A&A



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SANTA MARINHA ZÉZERE
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte 505943875

Moeda: (valores em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 025	2 024
Vendas e serviços prestados	8	304 920,16	281 521,12
Subsídios, doações e legados à exploração	12.9	4 569,05	9 415,34
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-6 268,62	-5 433,06
Fornecimentos e serviços externos	12.10	-82 682,66	-94 273,81
Gastos com o pessoal	10	-238 196,69	-221 115,54
Outros rendimentos	12.11	21 040,12	26 160,72
Outros gastos	12.12	-213,00	-571,11
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3 168,36	-4 296,34
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-14 309,63	-13 953,40
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-11 141,27	-18 249,74
Juros e gastos similares suportados	12.13	-132,67	-243,65
Resultados antes de impostos		-11 273,94	-18 493,39
Resultado líquido do período		-11 273,94	-18 493,39

A Direção

O Contabilista Certificado

[Handwritten signatures of the Board]
 Paulo Isabel S. Rodrigues Ribeiro
 David António Santos
 Manufoony
 ABB

[Handwritten signature of the Certified Accountant]

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SANTA MARINHA ZÉZERE
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2025	2024
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		304 920,16	281 521,12
Pagamentos a fornecedores		-93 883,96	-107 140,70
Pagamentos ao pessoal		-153 131,14	-142 231,33
Caixa gerada pelas operações		57 905,06	32 149,09
Outros recebimentos/pagamentos		-56 750,74	-52 619,58
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		1 154,32	-20 470,49
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-6 766,69	-550,00
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		2 998,43	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-3 768,26	-550,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		907,16	3 223,21
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-1 394,58	-1 394,64
Juros e gastos similares		-123,67	-243,65
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-611,09	1 584,92
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-3 225,03	-19 435,57
Caixa e seus equivalentes no início do período		28 113,89	47 549,46
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12.4	24 888,86	28 113,89

A Direção

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature]
 Paulo Isabel S. Rocha Ribeiro
 David comissos Santa
 Manuel Junco
 S.º

[Handwritten signature]

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SANTA MARINHA ZÉZERE
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Contribuinte: 505943875

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Creche	Serviço Apoio Domiciliário	PERÍODOS	
				2025	2024
Vendas e serviços prestados	8	208 758,52	96 161,64	304 920,16	281 521,12
Custo das vendas e dos serviços prestados	7/10	-152 745,61	-91 719,70	-244 465,31	-226 548,60
Resultado Bruto		56 012,91	4 441,94	60 454,85	54 972,52
Subsídios, doações e legados à exploração	12.9	2 191,90	2 377,15	4 569,05	9 415,34
Outros Rendimentos	12.11	13 299,84	7 740,28	21 040,12	26 160,72
Gastos administrativos	4 / 12.10	-65 809,99	-31 182,30	-96 992,29	-108 227,21
Outros Gastos	12.12	-142,71	-70,29	-213,00	-571,11
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		5 551,95	-16 693,22	-11 141,27	-18 249,74
Gastos de financiamento (líquidos)	12.13	-92,44	-40,23	-132,67	-243,65
Resultado antes de impostos		5 459,51	-16 733,45	-11 273,94	-18 493,39
Resultado líquido do período		5 459,51	-16 733,45	-11 273,94	-18 493,39

A Direção


[Handwritten signatures]
 Maria Isabel S. Pereira Ribeiro
 David Almeida Costa
 Manuel João Silva

O Contabilista Certificado

[Handwritten signature]

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE SANTA MARINHA DO ZÊZERE

**Anexo às Demonstrações Financeiras
2025**



Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros...	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	5
4	Ativos Fixos Tangíveis	9
5	Ativos Intangíveis	9
6	Custos de Empréstimos Obtidos	10
7	Inventários	10
8	Rédito	11
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo	11
10	Benefícios dos empregados.....	12
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	12
12	Outras Informações	12
12.1	Créditos a receber	12
12.2	Outros ativos correntes	13
12.3	Diferimentos	13
12.4	Caixa e Depósitos Bancários.....	13
12.5	Fundos Patrimoniais	13
12.6	Fornecedores.....	14
12.7	Estado e Outros Entes Públicos	14
12.8	Outros passivos correntes.....	14
12.9	Subsídios, doações e legados à exploração	14
12.10	Fornecimentos e serviços externos.....	15
12.11	Outros rendimentos	15
12.12	Outros gastos	15
12.13	Resultados Financeiros	16
12.15	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	16
12.16	Acontecimentos após data de Balanço.....	16

1 Identificação da Entidade

O Centro Social e Paroquial de Santa Marinha do Zêzere é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "IPSS" com os estatutos publicados no Diário da Republica, Serie III, nº 47 de 25 de fevereiro de 2003.

Tem sede na Rua da Escola, freguesia de Santa Marinha do Zêzere, no concelho de Baião. Visa contribuir para a promoção integral de todos os habitantes, coadjuvando os serviços públicos competentes ou as instituições particulares, num espirito de solidariedade humana e social.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2025 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria nº 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas em estimativas e erros.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):



Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados

3.1.7 Representação Fidedigna



A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento Informático	5 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

O desconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração de Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

3.2.3 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 anos

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil.

3.2.4 Investimentos financeiros

O DL 115/2023, de 15 de dezembro alterou os regimes jurídicos dos Fundos de Compensação do Trabalho definidos na Lei 70/2013 de 30 de agosto.

A natureza e finalidade do FCT são profundamente alteradas, destacando-se a cessação definitiva das obrigações de registo dos empregadores e dos contratos de trabalho e da

obrigação de efetuar entregas. As contas de registo individualizado por trabalhador são fundidas numa única conta global do empregador e as dívidas ao FCT são extintas. O montante tem de ser resgatado até 31 de dezembro de 2026.

3.2.5 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.9 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2024 e de 2025, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2024	Adições	Abate	Transferência	31-12-2025
Terrenos para Construção	18 000,00				18 000,00
Edifícios e Outras Construções	352 043,88				352 043,88
Equipamento Básico	99 505,68				99 505,68
Equipamento de Transporte	51 952,45				51 952,45
Equipamento Administrativo	3 585,00	1 403,09			4 988,09
Outros Ativos Fixos Tangíveis	409,50				409,50
Investimentos em curso	0,00	4 730,95			4 730,95
Ativo Tangível Bruto	525 496,51	6 134,04	0,00	0,00	531 630,55
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e Outras Construções	112 654,08	7 040,88			119 694,96
Equipamento Básico	84 422,78	3 854,76			88 277,54
Equipamento de Transporte	45 578,55	3 325,52			48 904,07
Equipamento Administrativo	3 435,58	88,47			3 524,05
Outros Ativos Fixos Tangíveis	409,50				409,50
Depreciações Acumuladas	246 500,49	14 309,63	0,00	0,00	260 810,12
Ativo Tangível Líquido	278 996,02	-8 175,59	0,00	0,00	270 820,43

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2025 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2024	Adições	Abate	Transferência	31-12-2025
Programas de Computador	1 352,75				1 352,75
Ativo Intangível Bruto	1 352,75	0,00	0,00	0,00	1 352,75
Depreciações Acumuladas					
Programas de Computador	1 352,75	0,00			1 352,75
Depreciações Acumuladas	1 352,75	0,00	0,00	0,00	1 352,75
Ativo Intangível Líquido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2025			2024		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	2 440,51	0,00	2 440,51	3 835,09	0,00	3 835,09
Outros Financiadores	0,00	29 437,04	29 437,04	0,00	29 437,04	29 437,04
Total	2 440,51	29 437,04	31 877,55	3 835,09	29 437,04	33 272,13

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Rubricas	2025	2024
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	49,36	45,44
Total	49,36	45,44

No que concerne à quantia de "Inventários" de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2025	2024
	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo
Saldo Inicial	45,44	37,04
Compras	3 686,89	2 606,61
Doações	2 585,65	2 834,85
Saldo Final	49,36	45,44
Gastos do Período	6 268,62	5 433,06

8 Rédito

Para os períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	2025	2024
Prestação de Serviços	304 920,16	281 521,12
Quotas do Utilizadores	28 316,72	23 975,98
ISS, IP – Acordos Cooperação	276 603,44	257 545,14
Total	304 920,16	281 521,12

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2025				2024		
	Natureza	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP (dotação)	Não Reembolsável	0,00		276.603,44	0,00		257.545,14
ISS, IP - PARES	Não Reembolsável	130.680,00		3.960,00	134.640,00		3.960,00
Junta Freguesia Sta. Marinha Zêzere	Não Reembolsável	0,00		200,00	0,00		198,00
IEFP	Não Reembolsável	0,00		876,24	0,00		1.012,31
Donativos (Edifício)	Não Reembolsável	444,58		13,07	457,65		13,07
Câmara Municipal Baião (Viatura)	Não Reembolsável	502,76		548,45	1.051,21		548,45
Câmara Municipal Baião (Edifício)	Não Reembolsável	49.500,00		1.500,00	51.000,00		1.500,00
Câmara Municipal Baião (Parque Infantil)	Não Reembolsável	3.365,84		1.154,00	4.519,84		1.154,00
Câmara Municipal Baião	Não Reembolsável	0,00		0,00	0,00		4.981,82
ISS – FSS (viatura)	Não Reembolsável	1.941,30		2.117,79	4.059,09		2.117,79
Total		186.433,48		286.972,99	195.727,79		273.030,58

10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais é de 8 elementos. Este número manteve-se inalterado durante os anos de 2025 e 2024.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade durante o exercício de 2024 e 2025 foi de 13.

Além do pessoal do quadro a instituição conta ao seu serviço de 2 colaboradores ao abrigo de programas de medidas protocoladas com o IEFP.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2025	2024
Remunerações do Pessoal	190 529,51	174 525,22
Encargos Sobre as Remunerações	40 010,87	36 725,17
Indemnizações	348,00	929,33
Medidas IEFP	1 658,43	4 766,03
Seguros de Acidentes Trabalho	2 799,51	2 657,89
Outros Gastos com o Pessoal	2 850,37	1 511,90
Total	238 196,69	221 115,54

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

12.1 Créditos a receber

Para os períodos de 2025 e 2024 a rubrica "Créditos a receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Clientes e Utentes c/c		
Utentes	3.300,02	3.017,03
Total	3.300,02	3.017,03

12.2 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a seguinte decomposição:

Descrição	2025	2024
Entidades do Setor Público Administrativo		
Adiantamento a fornecedores	119,00	119,00
IEFP	499,52	307,65
ISS,IP - Dotação a receber Janeiro 2026	1 473,44	4 198,62
FCT - Fundos compensação trabalho (1)	350,50	0,00
Total	2 442,46	4 625,27

(1) ver nota 12.14

12.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2025	2024
Gastos a Reconhecer		
Seguros	3 095,44	2 617,58
Total	3 095,44	2 617,58
Rendimentos a Reconhecer		
IEFP	423,31	0,00
Total	423,31	0,00

12.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2025 e 2024, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2025	2024
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	0,00	186,30
Depósitos à Ordem	24 888,86	27 927,59
Total	24 888,86	28 113,89

12.5 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	7 128,00			7 128,00
Resultados Transitados	64 350,74	0,00	-18 493,39	45 857,35
Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	195 727,79	0,00	-9 293,31	186 434,48
Total	267 206,53	0,00	-27 786,70	239 419,83



12.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Fornecedores c/c	3 841,64	4 481,21
Total	3 841,64	4 481,21

12.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Ativo		
IVA - Reembolsos	995,53	1 287,95
Total	995,53	1 287,95
Passivo		
IRS	1 188,00	320,00
Segurança Social	5 030,08	3 773,11
Total	6 218,08	4 093,11

12.8 Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2025		2024	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por Acréscimo de Gastos		35 076,63		31 492,52
Remunerações a liquidar		34 399,76		30 902,23
Outras Despesas Diferidas		676,87		590,29
Total	0,00	35 076,63	0,00	31 492,52

12.9 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2025 e 2024, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2025	2024
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	1 076,24	6 192,13
Donativos	3 492,81	3 223,21
Total	4 569,05	9 415,34

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

12.10 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e Serviços Externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024, foi a seguinte:

Descrição	2025	2024
Subcontratos - Gertal	47 196,92	43 439,64
Serviços Especializados	12 067,94	23 770,44
Materiais	2 979,67	3 954,85
Energia e Fluidos	14 185,44	15 291,78
Serviços Diversos	6 189,26	7 513,78
Encargos com Utentes	63,43	303,32
Total	82 682,66	94 273,81

12.11 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Correções Relativas a Exercícios Anteriores	0,00	409,24
Imputação Subsídios p/ Investimento	9 293,31	9 293,31
Subsídio Alimentação Espécie	11 746,81	12 029,50
Restituição Impostos	0,00	1 670,67
Injunção Tribunal	0,00	1 938,00
Benefícios de Penalidades Contratuais	0,00	820,00
Total	21 040,12	26 160,72

12.12 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2025	2024
Impostos	0,00	58,60
Correções relativas a exercícios anteriore	0,00	203,12
Quotizações	213,00	213,00
Outros	0,00	96,39
Total	213,00	571,11

12.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2025	2024
Juros e gastos similares suportados		
Juros de Financiamento	132,67	243,65
Total	132,67	243,65
Juros e rendimentos similares obtidos		
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-132,67	-243,65

12.14 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2025 e 2024, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2025	2024
Outros Investimentos Financeiros		
FCT (2)	0,00	3 348,93
Total	0,00	3 348,93

(2) O valor foi transferido para Outros Ativos Correntes, porque tem de ser resgatado até 31 de dezembro de 2026. Ver nota 12.2

12.15 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2025, foi o seguinte:

- Creche: 33
- Serviço de Apoio Domiciliário: 16

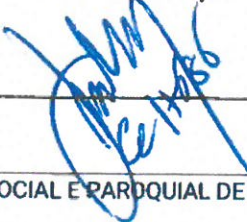
12.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Santa Marinha do Zêzere, 22 de Abril 2026

O Contabilista Certificado



A Direção

